

## **RELATÓRIO EVIDENCIANDO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO COM PARECER ATINENTE À ADMINISTRAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º. INCISO III, B DA RESOLUÇÃO 1099/2018 DO TCE/RS**

O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, representado pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, nos termos da Lei Municipal nº. 3.631/2012 e alterações; e art. 31 e 74 da Constituição Federal, Resolução 1099/2018, art. 2º, Inciso III, alínea b, e nos termos das resoluções acima destacadas, relata:

### **I – Controle e Responsabilidades**

- a) Os membros da Unidade Central de Controle Interno do Município foram nomeados conforme portaria nº 87/SG/2017 e portaria nº 183/SG/2019;
- b) A responsabilidade pelo Sistema de Controle Interno do Município cabe à Administração do Executivo Municipal com base na legislação acima referida;
- c) A responsabilidade no controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e, solidariamente, pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função no município e no legislativo, nos termos do que dispõe a Carta Magna no parágrafo 1º do art. 74;
- d) A responsabilidade da Unidade Central do Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores, entidades e poderes, no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise dos controles quanto à relação custo-benefício e quanto à auditoria de verificação dos controles já instituídos.

### **II – Atividades da Unidade Central de Controle Interno**

A Unidade Central de Controle Interno no exercício financeiro de 2019, no que se refere ao Poder Executivo, realizou, entre outras, as seguintes atividades:

- 1) Acompanhamento da execução orçamentária;
- 2) Verificação e acompanhamento quanto à classificação e utilização dos limites dos créditos orçamentários;
- 3) Acompanhamento da folha de pagamento e despesas com pessoal;
- 4) Acompanhamento do vencimento das férias, convocações de férias e Licença Prêmio vencidas e não gozadas;
- 5) Acompanhamento na aplicação constitucional de gastos com educação e saúde;
- 6) Verificação de diárias e adiantamentos;



- 7) Verificação no que se refere à idoneidade dos documentos;
- 8) Acompanhamento da classificação contábil das contas financeiras, patrimoniais e de controle;
- 9) Acompanhamento do inventário do Almoxarifado e Patrimônio;
- 10) Verificação Integração Dívida Ativa/Contabilidade;
- 11) Acompanhamento das receitas e despesas, bem como verificação quanto aos lançamentos por Transferências e Recursos Vinculados;
- 12) Acompanhamento nas adequações do Plano de Contas Aplicado à Administração Pública;
- 13) Verificação dos processos de licitações e execução de contratos -Licitacon;
- 14) Verificação e orientação em todas as secretarias, nas mais diversas áreas e assuntos;
- 15) Verificações dos convênios firmados entre o Município e e as OSC's, através da Lei 13.019/2014- Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Cívica;
- 16) Verificações dos contratados de repasses e convênios do Governo Federal através do SICONV;
- 17) Verificações através do sistema de controle de frotas do município: monitoramento, consumo de combustíveis, diário de bordo e manutenção;
- 18) Atendimentos ao TCE/RS nos pedidos de informações, questionários e denúncias, bem como auxílio nas auditorias in-loco;
- 19) Verificação e assinatura nos processos de aposentadorias (SAPIEM);
- 20) Verificação e assinatura dos contratos temporários (SIAPES);
- 21) Verificação e assinatura na Prestação de Contas (SIAPC-PAD);
- 22) Assinatura na Folha de Pagamento (RDI);
- 23) Elaboração e assinatura da Manifestação Conclusiva do Controle Interno (MCI);
- 24) Elaboração mensal de relatórios de atividades encaminhados para o Prefeito Municipal;
- 25) Relatório do Legislativo Municipal em separado.



### III – Manifestação conclusiva sobre o cumprimento da Lei Complementar 101/2000, com ênfase no previsto nos incisos II a VI do art. 59 da referida norma.

#### I – Atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

As metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, que deram base para o orçamento do Executivo no ano em análise foram:

#### Total do Orçamento Consolidado Atualizado com Suplementação e Redução

O Orçamento inicial previsto no exercício de 2019 (consolidado) foi de R\$ 221.500.000,00, (Duzentos e vinte e um milhões e quinhentos mil reais) e com as suplementações resultou em R\$ 256.104.194,32, (Duzentos cinquenta e seis milhões, cento e quatro mil, cento e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos).

A Receita efetivamente arrecadada em relação à previsão atualizada no orçamento de 2019 foi no valor de R\$ 239.960.022,74, (Duzentos e trinta e nove milhões, novecentos e sessenta mil, vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos) representando 8,33% a maior que o inicialmente previsto. A diferença na arrecadação a maior ocorreu nas Receitas Correntes, enquanto que nas Receitas de Capital a arrecadação ficou a menor que a prevista, abaixo demonstrado:

#### Receita Prevista/Realizada

Dotação Inicial da Receita	221.500.000,00
Arrecadação da Receita	<b>239.960.022,74</b>
Arrecadação a maior	18.460.022,74
Receita Corrente Prevista	202.498.000,00
Receita Corrente Arrecadada	228.012.455,47
Receita Corrente Arrecadada <b>a maior</b>	<b>25.514.455,47</b>
Receita de Capital Prevista	19.002.000,00
Receita de Capital Arrecadada	11.947.567,27
Receita de Capital Arrecadada <b>a menor</b>	<b>(7.054.432,73)</b>

A **receita corrente** arrecadada no exercício de 2019 superou a prevista em R\$ 25.514.455,47 (Vinte e cinco milhões, quinhentos e quatorze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos); e a **receita de capital** ficou abaixo da prevista no valor de R\$ 7.054.432,73 (Sete milhões, cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais e setenta e três centavos). **Sendo assim**, verificamos que as receitas de capital não foram plenamente atingidas, devido a não realização da execução de obras que estavam previstas no orçamento, bem como a não liberação de valores referente Operações de Créditos.

#### Despesa Prevista/Realizada

A despesa total empenhada no exercício de 2019 foi no valor de R\$ 226.021.571,82, incluindo todos os Recursos Vinculados (Valores Consolidados):



Total Dotação Despesas Inicial	208.500.000,00
Total Dotação Atualizada	244.756.194,32
Total Despesas Empenhadas	226.021.571,82
Total Despesas Liquidadas	220.722.044,21
<b>Superávit</b>	<b>19.793.077,79</b>

Despesa <b>Corrente</b> Inicial Prevista	177.096.000,00
Dotação Atualizada	204.917.117,37
Despesas Empenhadas	196.437.346,27
Despesas Liquidadas	195.901.462,35

Despesa de <b>Capital</b> Inicial Prevista	25.354.000,00
Dotação Atualizada	39.839.076,95
Despesas Empenhadas	23.729.598,68
Despesas Liquidadas	18.931.597,74

## **II – Limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar:**

**Operações de Crédito** – De acordo a LRF 101/2000, art 54, e alínea “d” do inciso I, art 55, demonstrado através do Relatório (modelo 9) demonstrativo dos limites – RGF. As Operações de Crédito Internas e Externas não foram comprometidas em relação a Receita Corrente Líquida, sendo que o limite legal máximo conforme resolução do Senado Federal nº. 43/2001, artigo 7º é de 16%. Também não foram utilizados Operações de Crédito por Antecipação de Receita – ARO.

**Inscrição em Restos a Pagar** - de acordo com a LC 101/2000, art 54, e alínea “b”, inc. III, art 55, foram inscritos no encerramento do exercício de 2019, em restos a pagar o valor de R\$ **20.789.146,66**, (Vinte milhões, setecentos e oitenta e nove mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos, abaixo demonstrados:

Restos a Pagar inscritos com **suficiência financeira** a importância de R\$ 15.747.742,96 (Quinze milhões, setecentos e quarenta e sete mil, setecentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos).

Restos a pagar inscritos com **insuficiência financeira** a importância de R\$ 5.041.403,70 (Cinco milhões, quarenta e um mil, quatrocentos e três reais e setenta centavos) referente ao exercício de 2019.

Abaixo valores dos Restos a Pagar com Insuficiência Financeira por Recurso:

Recursos Livres	0001	2.630.634,17
Recurso FUNDEB	0031	399.071,21
Recuso ASPS	0040	1.997.156,86
Recurso FUNDEMA	1042	14.541,46
<b>TOTAL</b>		<b>5.041.403,70</b>

A insuficiência no exercício de 2019 representa 24,25% do total inscrito em Restos a Pagar, representando 5,14% maior que em 2018.

Comparando ao exercício de 2018, a inscrição dos restos com insuficiência no valor de (3.523.839,89), ocorreu um aumento de R\$ 1.517.563,81 (Hum milhão, quinhentos e dezessete mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e um centavos), representando 43,06% de acréscimo na insuficiência em relação ao exercício 2018.

**III – Medidas adotadas para o retorno das despesas total com pessoal ao respectivo limite, nos termos do art. 22 e 23 da LRF:**

Atendendo a LRF 101/2000, art 54, e alínea “a”, inciso I, art 55. O índice apurado no exercício de 2019 foi de **45,52%**, da receita corrente líquida, atendendo todos os requisitos legais.

Total RCL: R\$ 175.451.800,18

Total Despesas c/pessoal R\$ 79.872.005,70

**IV – Providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites:**

Atendendo a LRF 101/2000, art 54, e alínea “b”, inciso I, art 55. A aplicação deste inciso sobre o endividamento do município representam 17,37%, sobre a receita corrente líquida, previstos no Inciso III do parágrafo 1º do art. 59 da LRF e Inciso II do art. 3º da Resolução 40/2001 do Senado Federal.

**Destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta lei Complementar:**

Na destinação dos recursos obtidos com alienação de ativos foram atendidas as disposições previstas na Constituição e na Lei Complementar 101/2000

**V – Destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta lei Complementar:**

Na destinação dos recursos obtidos com alienação de ativos foram atendidas as disposições previstas na Constituição e na Lei Complementar 101/2000.

sc &

**PARECER ATINENTE À ADMINISTRAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL,  
NOS TERMOS DO ARTIGO 2º. INCISO III, B DA RESOLUÇÃO 1099/2018 DO  
TCE/RS**

Em nossa análise, diante da atuação dos controles internos levados a efeito pela Unidade Central de Controle Interno - UCCI, sobre a execução orçamentária, financeira e contábil, no que diz respeito às contas do Excelentíssimo Prefeito Municipal, durante o exercício de 2019, representam adequadamente, em seus valores relevantes a posição de 31 de dezembro de 2019, de acordo com os demonstrativos acima e demais documentos contábeis levantados.

Diante do exposto, confere-se a regularidade dos registros.

Santo Ângelo, RS, 28 de janeiro de 2020.



Iloide Maria Hentges  
Contadora - CRC/RS-064603/0-4  
Elaboração do Relatório



Renato Alves Ribas  
Administrador CRA-37774  
Coordenador UCCI